



MIGRACIDADES

RELATÓRIO DE
DIAGNÓSTICO / 2021



SÃO JOSÉ DO RIO PRETO • SP



INFORMAÇÕES GERAIS

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO • SP

Região: Sudeste

População: 469.173

Registro de migrantes internacionais (SISMIGRA, junho/2021): 2.939

DADOS SOBRE O RELATÓRIO

Pessoas de referência durante o MigraCidades 2021:

Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco
Secretaria Municipal de Assistência Social

Carla Ávila dos Santos
Secretaria Municipal de Assistência Social

Data de fornecimento das informações pelo governo local: 05/07/2021

DADOS DE CONTATO COM O GOVERNO LOCAL

Setor de referência para atendimento aos migrantes:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Telefone:
(17) 3211-6510

E-mail:
cjfranco@riopreto.sp.gov.br

Endereço:
Rua João Teixeira, 260
Santa Cruz • São José do Rio Preto • SP





SUMÁRIO



A Plataforma MigraCidades	4
O Relatório de Diagnóstico	7
Diagnóstico geral do governo local	8
Boas práticas	10
Ações desenvolvidas a partir do monitoramento	11
Estrutura institucional de governança e estratégia local	13
Capacitação de servidores públicos e sensibilização sobre direitos das pessoas migrantes	14
Participação social e cultural de migrantes	15
Transparência e acesso à informação para migrantes	16
Parcerias institucionais	17
Acesso à saúde	18
Acesso e integração à educação	20
Acesso à assistência e proteção social	22
Acesso ao mercado de trabalho	24
Acesso, acolhimento e serviços de proteção: gênero, LGBTIQ+ e igualdade racial	26
Prioridades do governo local	28





A PLATAFORMA MIGRACIDADES

A Plataforma “MigraCidades – Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil” é uma parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que conta com apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e financiamento do Fundo da OIM para o Desenvolvimento.

A plataforma visa a informar e fortalecer a

capacidade de governança local das migrações, a partir da verificação da presença de 10 dimensões de governança migratória. As dimensões estão divididas em dois grupos. O primeiro, dimensões de governança, se dedica a analisar o desenho institucional das políticas locais. O segundo, dimensões de acesso a direitos, avalia o acesso à saúde, à educação, ao mercado de trabalho, dentre outros aspectos relacionados à integração e ao bem-estar das pessoas migrantes internacionais.





A PLATAFORMA MIGRACIDADES

A OIM define migrante como uma pessoa que se move do seu local habitual de residência, seja dentro de um país ou através de fronteiras internacionais, de forma temporária ou permanente, por uma variedade de razões. Para os fins deste relatório, cujo enfoque são as migrações internacionais, o termo migrante será doravante utilizado para se referir a uma pessoa nacional de outro país ou apátrida que se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil (nos termos da definição de imigrante da Lei de Migração nº 13.445/2017).

Esse relatório apresenta um consolidado do diagnóstico situacional das 10 dimensões de governança migratória, a partir de informações fornecidas pelo próprio governo, de modo a auxiliar o poder público local no aferimento, planejamento e monitoramento de suas políticas públicas para migração, destravando o potencial benéfico que as migrações podem trazer para as pessoas migrantes e para as comunidades de acolhida.

A Plataforma MigraCidades faz parte dos esforços globais da OIM para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em conjunto com o sistema ONU e seus parceiros. São 17 Objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. O MigraCidades contribui principalmente para a concretização da meta 10.7 dos ODS.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR O NOSSO MUNDO

10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



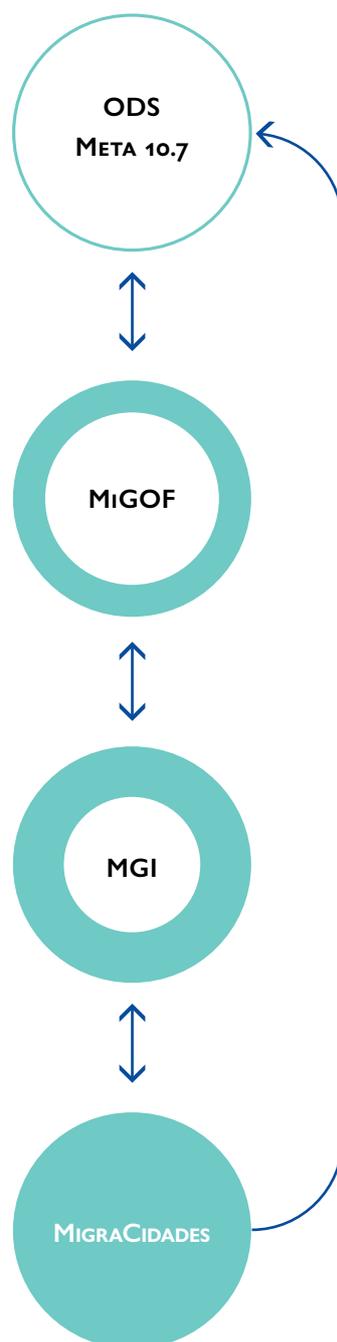
Meta 10.7 – Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.



A PLATAFORMA MIGRACIDADES

Em uma tentativa de definir o conceito de “políticas de migração planejadas e bem geridas” conforme a Meta 10.7, a OIM desenvolveu o Marco de Governança da Migração (Migration Governance Framework – MiGOF), que estabelece os elementos essenciais da boa governança migratória. Com base no MiGOF, a OIM também desenvolveu os Indicadores da Governança Migratória (Migration Governance Indicators – MGI), um conjunto de 90 indicadores que ajudam os governos a apreciarem a abrangência de suas estruturas de governança de migração.

O MigraCidades parte da experiência da OIM com estas iniciativas, adaptando-as para criar um processo de certificação adequado para o contexto brasileiro que contribua para o mesmo objetivo em comum: facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas.





O RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO



O processo de certificação MigraCidades envolve cinco etapas: a inscrição, o diagnóstico, a priorização, a certificação e o monitoramento. Na etapa de inscrição, foi aberta uma chamada pública para municípios e estados brasileiros se candidatarem, apontando uma pessoa de referência local para acompanhamento do processo.

Após ser selecionado, o governo local foi convidado a preencher o Formulário de Diagnóstico, composto por uma série de perguntas sobre cada uma das 10 dimensões de governança migratória. Após o preenchimento do Formulário, deu-se início à etapa de priorização, na qual o governo local identifica quais as prioridades para o desenvolvimento de políticas migratórias no próximo período. Nesses dois momentos, a pessoa de referência local foi responsável por articular o diálogo com as diferentes áreas do governo local que executam atividades relacionadas à migração, com o objetivo de coletar respostas para o formulário e insumos para a priorização.

Este relatório consolida as respostas do governo local nas etapas de Diagnóstico e Priorização, incluindo revisões e recomendações realizadas pela equipe do MigraCidades. Exceto quando citada a fonte, todas as informações contidas neste relatório foram fornecidas pelos próprios governos locais, através de suas pessoas de referência apontadas no início do processo. A realização do relatório é uma exigência para obtenção da certificação, e servirá de base para a etapa de monitoramento.



DIAGNÓSTICO GERAL DO GOVERNO LOCAL



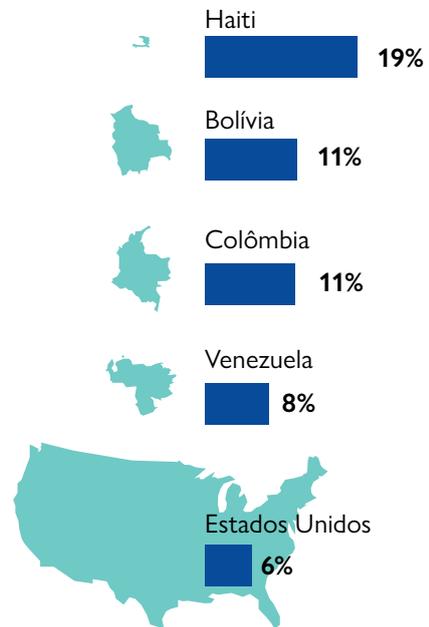
São José do Rio Preto é um município situado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), a população estimada é de 469.173 pessoas. De janeiro de 2000 a junho de 2021, 2.939 migrantes obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do município, de acordo com dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra) fornecidos pela Polícia Federal.

NÚMEROS DE MIGRANTES REGISTRADOS (jan/00 – jun/21)

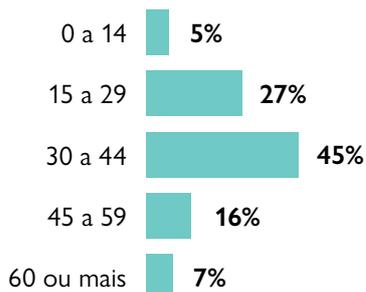
Fonte: Dados fornecidos pela Polícia Federal em agosto de 2021



Principais nacionalidades



Total de registros por idade



% por sexo





DIAGNÓSTICO GERAL DO GOVERNO LOCAL



Entre abril de 2018 e agosto de 2021, o município de São José do Rio Preto recebeu cerca de 270 pessoas venezuelanas por meio da estratégia de interiorização do Governo Federal. Para saber mais sobre como funciona a estratégia e quais são seus objetivos, atores e diferentes modalidades, acesse a [cartilha de interiorização aqui](#).

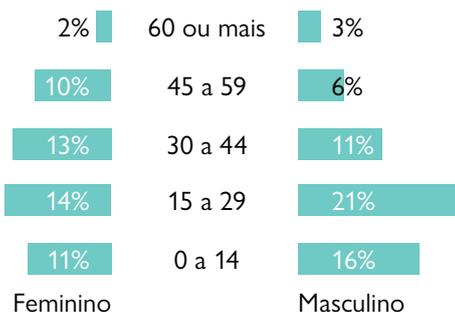
NÚMEROS DA INTERIORIZAÇÃO (abr/18 – ago/21)

Fonte: [Painel da Estratégia de Interiorização](#), acessado em set/21.



270
PESSOAS
VENEZUELANAS
INTERIORIZADAS

Pirâmide etária/sexo

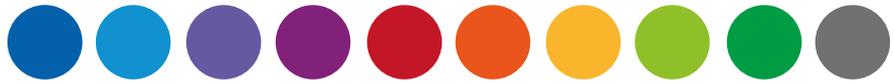


Modalidades da interiorização



Em relação às ações realizadas em 2020, o município de São José do Rio Preto indicou realizar pelo menos uma ação nas dimensões de Governança, que se refere à: Estrutura institucional de governança; Participação social e cultural de migrantes; Transparência e acesso à informação para migrantes e Parcerias institucionais. Indicou também realizar pelo menos uma ação nas dimensões de Acesso a Direitos, que se refere ao: Acesso à saúde; Acesso e integração à educação; Acesso à assistência e proteção social; Acesso ao mercado de trabalho; e Acesso, acolhimento e serviços de proteção: gênero, LGBTIQ+ e igualdade racial.





BOAS PRÁTICAS



Destacam-se como práticas positivas do governo local:



Na dimensão da **Participação social e cultural de migrantes**, a inclusão de migrantes em instâncias do governo. Destaca-se a contratação de professor de música do Núcleo de Artes da Secretaria Municipal de Cultura, migrante de origem peruana.



Na dimensão de **Acesso e integração à educação**, a oferta de cursos de idiomas para migrantes, por meio de projeto desenvolvido na Escola Municipal Luiz Jacob em parceria com a organização Rede Refúgio.



Na dimensão de **Acesso à assistência e à proteção social**, a coleta de dados sobre o perfil de acesso à assistência e proteção social de migrantes, passíveis de desagregação por país de origem da pessoa migrante, gênero, idade e raça/etnia. De acordo com o governo local, há 453 migrantes, de 29 nacionalidades, inscritos no Cadastro Único do município.





AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DO MONITORAMENTO



Os governos que participaram da edição 2020 do processo de certificação MigraCidades indicaram áreas prioritárias para elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas relacionadas à migração, a partir dos resultados identificados através do Formulário de Diagnóstico. Essas ações foram acompanhadas durante os seis meses da etapa de monitoramento, na qual os governos registraram as ações que foram implementadas (total ou parcialmente), os desafios encontrados e os resultados alcançados no período.

Uma das prioridades apresentadas pelo governo de São José do Rio Preto na etapa de priorização foi na dimensão de acesso à assistência e proteção social. Para isso, o governo se propôs a aprimorar o registro e a coleta de dados sobre acesso à assistência social por migrantes, de modo que fosse possível enxergar as demandas de acesso à assistência e proteção social de migrantes. Para isso, o governo local construiu uma ferramenta eletrônica de coleta de dados das pessoas migrantes atendidas pela Política de Assistência Social e desenvolveu orientações para que as equipes de Proteção Social Básica e Especial, Vigilância Socioassistencial e Cadastro Único possam realizar a coleta desses dados.

Outra ação priorizada, na dimensão de parcerias institucionais, foi o aprimoramento de ações conjuntas com organizações da sociedade civil (OSCs) e de parcerias com universidades locais. Nesse sentido, o governo local realizou um levantamento no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e na Secretaria Municipal da Mulher, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia sobre as organizações da sociedade civil que atuam no atendimento e atenção às pessoas migrantes. A partir disso, o governo local está planejando ações conjuntas com essas organizações, com a Secretaria Municipal do Trabalho, e com as Universidades para oferta de cursos de português.

Outra dimensão priorizada foi a de capacitação de servidores públicos e sensibilização sobre direitos das pessoas migrantes. Nesse sentido, o governo local se propôs a disponibilizar capacitações voltadas aos servidores na plataforma moodle. Para isso, realizou um planejamento, junto à Escola de Gestão Pública, de ações de capacitação acerca da temática migrante para serem iniciadas no segundo semestre de 2021. As capacitações serão virtuais, gravadas e disponibilizadas na plataforma Moodle. No momento, os membros do Grupo de Apoio Local estão realizando o Curso Online:



AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DO MONITORAMENTO



MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local pela Plataforma ENAP – Escola Virtual para ter expertise para serem educadores internos da Escola de Gestão Pública e assim ofertar a capacitação virtual aos Servidores da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP.

Na dimensão de acesso e integração à educação, o governo local propôs o aprimoramento das informações coletadas no Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria Municipal da Educação. Esse sistema de monitoramento está em fase de elaboração pela Secretaria Municipal de Educação, Gerência de Planejamento e Demanda Escolar. Até o momento, o governo local deu início ao levantamento dos perfis de migrantes matriculados na rede municipal.

Outra dimensão priorizada foi a de acesso à saúde. Nessa dimensão, o governo local incluiu no Sistema de Prontuário Eletrônico do Serviço de Saúde Municipal um campo para inserção do Registro Nacional Migratório (RNM), para que possa identificar se há demanda reprimida no acesso à saúde por migrantes. O governo informou que o número total de migrantes cadastrados no sistema até o momento ainda não está disponível devido à dificuldade no levantamento de dados durante a pandemia de COVID-19.

Na dimensão de acesso, acolhimento e serviços de proteção: gênero, LGBTQI+ e igualdade racial, o governo local se propôs a realizar uma campanha permanente contra a violência de gênero denominada “Dia Laranja”, onde, todo dia 25 de cada mês, são executadas ações específicas nas redes e mídias sociais da Administração Pública Municipal, Portal da Prefeitura de São José do Rio Preto e Equipamentos públicos municipais, nos idiomas português e espanhol. Compartilhada nas redes e mídias sociais da Secretaria Municipal dos Direitos e Políticas para as Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia, a campanha vem de encontro com o ODS 5 que se destaca entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que essa Secretaria implementa.



ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA LOCAL

Esta dimensão busca compreender se o governo possui estratégia local ou setores ou referências locais dedicadas à formulação, ao acompanhamento e à implementação de políticas públicas e serviços voltados à migração.

O governo local indicou que a Secretaria Municipal dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia e a Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Divisão de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Coordenadoria de Proteção Social, possuem setores dedicados à formulação e ao acompanhamento de políticas públicas sobre migração.

De acordo com o governo, existe uma rede ou mecanismo de coordenação de ações e políticas entre diferentes setores e fluxo para encaminhamento e acesso de pessoas migrantes a serviços de referência. Essa articulação é realizada pelo Grupo Gestor Intersetorial, composto pelas secretarias municipais com o objetivo de promover a integração entre seus planos, programas e projetos. Há também monitoramento, planejamento e aporte orçamentário voltado aos custos relacionados à integração de pessoas migrantes, os quais estão diluídos entre as diversas Secretarias que realizam o atendimento e

a integração de pessoas migrantes.

Ação com potencial de desenvolvimento para aprimorar a governança migratória local é o estabelecimento de uma estratégia local de migração, que pode prever também o acolhimento de pessoas migrantes em situação de crise, descrita em política, plano ou outro documento público. Recomenda-se que a estratégia local de migração seja construída em articulação com diferentes setores da gestão pública e com participação social, e esteja alinhada com a Lei Nacional de Migração (Lei 13.445/2017), com o planejamento plurianual do governo local, e com as agendas globais de desenvolvimento, como por exemplo, a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O governo de São José do Rio Preto indicou que há esforços para aprimorar a coordenação com outros entes federativos em temas relacionados à migração, por meio do Grupo Gestor Intersetorial e do Grupo de Acompanhamento Local para as migrações, que se reúnem mensalmente com o objetivo de realizar diagnósticos e priorizações de ações nas diversas secretarias que atuam com a temática migratória.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.



CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E SENSIBILIZAÇÃO SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS MIGRANTES



Esta dimensão busca compreender se o governo local oferta capacitações regulares para servidores públicos da gestão e dos serviços sobre a temática migratória, incluindo questões de sensibilidade cultural, gênero e direitos humanos.

Na dimensão da capacitação de servidores públicos, o governo local indicou ainda não realizar ações.

Para aprimorar essa dimensão, o governo local pode realizar capacitações relacionadas à temática migratória com os servidores da gestão e da atenção e assistência direta. As demandas por capacitação podem ser, periodicamente, monitoradas junto aos servidores para que sejam oferecidas formações compatíveis com os desafios enfrentados no atendimento a migrantes. É recomendado que as capacitações abor-

dem discussões sobre diversidade cultural, gênero, direitos humanos e combate à discriminação, ao racismo e à xenofobia.

Além de oferecer capacitações próprias, para contribuir para a capacitação dos servidores da gestão também, o governo local pode divulgar e incentivar a realização de cursos online sobre temas relacionados às migrações. O repositório da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) é um exemplo de espaço virtual em que é possível buscar uma série de cursos e capacitações na temática migratória, desenvolvidos com o apoio da OIM e outras instituições que atuam na temática.

Para conhecer os cursos disponíveis na plataforma da ENAP acesse o [link](#).

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE MIGRANTES



Esta dimensão busca compreender se há incentivos para participação social e cultural de migrantes junto à comunidade de acolhida.

Nesta dimensão, em relação à participação social de migrantes, o governo local indicou que há migrantes que participam de instâncias de governo. De acordo com o governo, um dos professores de música do Núcleo de Artes da Secretaria Municipal de Cultura é migrante de origem peruana.

Dentre as ações com potencial de desenvolvimento futuro, estão o apoio à constituição de associações ou coletivos de migrantes e a realização de consultas públicas junto às populações migrantes. Recomenda-se também que sejam adotadas medidas para informar e empode-

rar pessoas migrantes sobre seus direitos de participação social e que sejam criadas condições para haver representação de migrantes nos conselhos municipais existentes. Essa representação pode ser facilitada através da criação de vagas específicas para migrantes nos conselhos pertinentes. É importante também que seja observada a representatividade de gênero nos espaços de participação social.

No âmbito da participação cultural de migrantes, o governo local pode ainda oferecer algum tipo de apoio financeiro, de infraestrutura e/ou de divulgação para realização de festas, feiras e outros eventos culturais de migrantes.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PARA MIGRANTES



Esta dimensão busca compreender se o governo local disponibiliza, de forma presencial ou virtual, informações compreensíveis e transparentes sobre direitos e obrigações das pessoas migrantes e sobre acesso a serviços públicos. Também considera se isso é feito em outros idiomas além do português.

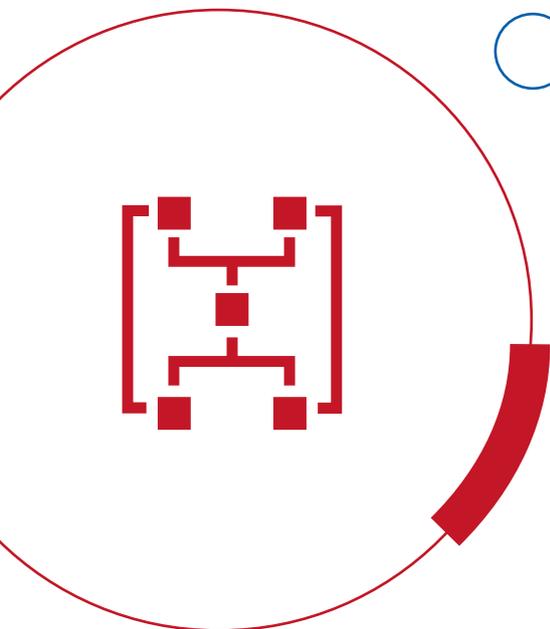
O município de São José do Rio Preto indicou que disponibiliza informações compreensíveis sobre acesso a serviços públicos e sobre direitos e deveres das pessoas migrantes em locais de atendimento presencial, de forma gratuita e, pelo menos, nos idiomas espanhol e inglês. O governo indicou estar em processo de articulação com a Secretaria de Comunicação Social para inserção de uma área específica para

pessoas migrantes no site institucional da Prefeitura Municipal, com tradução nas línguas mais acessadas pelos migrantes residentes no município. Recomenda-se que essas informações sejam disponibilizadas em outros formatos, como vídeo e áudio, para facilitar a acessibilidade.

Além disso, é possível disponibilizar na íntegra, com os devidos créditos, materiais produzidos por organismos internacionais e outras instituições. As publicações da OIM, disponíveis [neste link](#) são exemplos de materiais que podem ser divulgados pela gestão como forma de ampliar o conhecimento das pessoas migrantes e da comunidade de acolhida.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





PARCERIAS INSTITUCIONAIS



Esta dimensão busca compreender se o governo local possui parcerias com instituições-chave para tratar da agenda de migrações e questões relacionadas (Ex.: grupos de trabalho ou convênio para execução de serviços).

Nesta dimensão, o governo local indicou que possui parceria com organizações da sociedade civil (OSCs), como a Rede Refúgios, para a realização de um Fórum sobre refugiados e imigrantes com a temática do acolhimento em rede, em parceria com a Câmara Municipal, onde as Secretarias Municipais relataram as ações voltadas à população migrante e refugiada e a Rede Refúgio descreveu as ações realizadas pela associação. Participaram do encontro representantes das Secretarias da Saúde, Educação, Mulher, Trabalho, Assistência Social, CRAS, Albergue Noturno, Centro Pop, Conselho Tutelar,

Referência Local do Migracidades, Associação Comercial de São José do Rio Preto (Acirp), Defensoria Pública, Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP) e OAB. Estabeleceu-se a participação da Rede Refúgio no Grupo Gestor Intersectorial do Município de São José do Rio Preto a fim de aprimorar a execução do trabalho em rede voltado a migrantes e refugiados residentes no município. O governo local também informou estar articulando parceria com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) para oferta de curso de português para migrantes.

Para aprimorar esta dimensão, o governo local pode também realizar parcerias com associações ou grupos de migrantes, com o setor privado, com organismos internacionais e com outros entes federativos.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO À SAÚDE



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso de migrantes a serviços públicos de saúde, em especial os de atenção primária em saúde.

O município indicou que as pessoas migrantes têm acesso a serviços de atenção primária em saúde e a encaminhamento para serviços de atenção ambulatorial e hospitalar, de forma desburocratizada, sem exigência de documentos nacionais e por meio da facilitação no cadastro para o Cartão SUS. Informou também que as pessoas migrantes foram incluídas nas ações de enfrentamento à COVID-19.

De acordo com o governo local, os serviços de atenção primária em saúde estão regionalizados de forma a terem equipes atuantes em todos os locais onde residem migrantes. Ação com potencial de desenvolvimento para aprimorar a governança migratória, é o estabelecimento de orientações, fluxos ou protocolos na rede de saúde para facilitação e qualificação do acesso, acolhimento e atendimento para migrantes.

O governo indicou que os profissionais de saúde são capacitados para identificar casos suspeitos de violência doméstica, de gênero ou racial/étnica. É recomendado que sejam

ofertadas também capacitações sobre acolhimento e atenção à saúde de migrantes junto aos servidores da área, para que estejam aptos a acolher migrantes considerando a dimensão da diversidade cultural e para que possam se comunicar com migrantes em diferentes idiomas.

Em relação à transparência de informações para migrantes sobre direito e acesso à saúde, o município relatou ter realizado, no último ano, campanhas e ações informativas sobre: serviços locais de saúde; funcionamento do SUS; prevenção de doenças e promoção de cuidados em saúde; e prevenção da COVID-19 com orientações sobre a pandemia para a população em geral. É recomendado que as campanhas e ações informativas sejam disponibilizadas também nos idiomas falados pelas pessoas migrantes e que busquem promover a diversidade, fortalecer a sensibilidade cultural e coibir qualquer forma de discriminação.

No âmbito da produção de informação, o município indicou que são coletados dados sobre o perfil de acesso a serviços e demandas de saúde de migrantes, passíveis de desagregação por país de origem da pessoa migrante, gênero, idade e raça/etnia. Para coletar esses dados, de acordo com o governo, é utilizado um sistema de prontuário eletrônico próprio, com preenchimento das variáveis mencionadas. O governo local destacou





ACESSO À SAÚDE



— estar atualmente em fase de estratificação e purificação dos dados para que, posteriormente, possa analisar essas informações e melhorar o planejamento das ações, de forma intersetorial com as demais políticas públicas. Recomenda-se que os dados coletados sejam utilizados para enxergar se há uma demanda reprimida de acesso à saúde pelas pessoas migrantes, assim poderão ser utilizados também para propor fluxos, programas e políticas locais que facilitem o acesso.

O município de São José do Rio Preto informou que a estrutura existente para lidar com a questão da migração na área da saúde ainda não inclui um setor ou referência local na gestão dedicado à promoção do acesso à saúde por pesso-

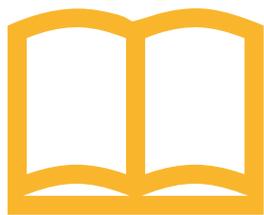
as migrantes, que trabalhe em conjunto com outros setores da gestão, alinhando demandas e ações entre secretarias e órgãos. O estabelecimento desse setor é um aprimoramento potencial, que pode incluir, além do trabalho intersetorial, o estabelecimento de parcerias com associações e grupos de migrantes para qualificar o acesso. Esse setor pode, ainda, ser capacitado para acolher demandas das pessoas migrantes e para registrar denúncias de práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de saúde.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO E INTEGRAÇÃO À EDUCAÇÃO



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso e a integração de migrantes à educação.

Na dimensão de acesso e integração à educação, o governo local indicou que as pessoas migrantes têm acesso a vagas na educação infantil e no ensino fundamental e médio, de forma desburocratizada. Além disso, as pessoas migrantes têm acesso a atividades extracurriculares oferecidas para todos os alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino. O município de São José do Rio Preto informou também que são ofertados cursos de idiomas para migrantes, por meio de projeto desenvolvido na Escola Municipal Luiz Jacob em parceria com a organização Rede Refúgio.

O município destacou, ainda, que conta com orientações, fluxos e protocolos estabelecidos para a rede de ensino facilitar a integração de migrantes no sistema educacional. Além disso, indicou que não houve casos de negativa de matrícula a migrantes no ensino municipal no último ano.

Em relação à integração à educação, o governo local informou que os profissionais de educação são capacitados para: compreender diferenças culturais que podem

estar relacionadas a questões de gênero e raça/etnia; e identificar casos de violência doméstica, de gênero ou racial/étnica. Aprimoramentos possíveis em relação à capacitação dos servidores para ampliar o acesso e contribuir para a permanência das pessoas migrantes no sistema de educação, é ofertar capacitações sobre acolhimento e integração de migrantes para os servidores da educação e também criar mecanismos para capacitá-los para que possam se comunicar com migrantes em diferentes idiomas.

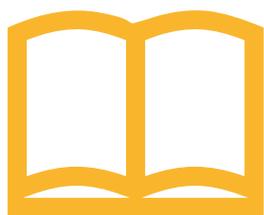
O governo local pode também desenvolver campanhas e ações informativas voltadas para as populações migrantes, acerca de temas como: direito das pessoas migrantes à educação; oferta de cursos para pessoas migrantes; e funcionamento do sistema de educação brasileiro e procedimentos para realização de matrículas. É recomendado que essas ações e campanhas sejam traduzidas também para os idiomas falados pela população migrante local e busquem celebrar a diversidade, fortalecer a sensibilidade cultural e coibir qualquer forma de discriminação.

Em relação à produção de dados, o município indicou que a Secretaria Municipal de Educação, Gerência de Planejamento e Demanda Escolar está implementando um sistema de monitoramento de dados na rede de ensino. Uma vez que o sistema ainda não está informatizado, o município infor-





ACESSO E INTEGRAÇÃO À EDUCAÇÃO



— mou que por meio da elaboração de uma planilha com os dados dos alunos e alunas matriculados na rede de ensino, identificou a matrícula de 165 migrantes. De acordo com o governo, os dados coletados são passíveis de desagregação por país de origem da pessoa migrante, idioma falado e idade. Para aprimorar essa dimensão, recomenda-se que os dados sejam utilizados para propor mudanças nos fluxos, programas e políticas de acesso e integração de migrantes no sistema de educação.

O Grupo Gestor Intersetorial é o setor na gestão dedicado ao acesso e à integra-

ção de migrantes no sistema educacional e trabalha em conjunto com associações de migrantes e com outros setores, coordenando demandas e ações com outras secretarias. Este setor também pode ser capacitado para acolher as demandas das pessoas migrantes e para registrar práticas de discriminação e xenofobia em estabelecimentos de ensino.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO À ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso de migrantes a serviços públicos de assistência e proteção social, tais como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como seus programas e benefícios.

O município de São José do Rio Preto indicou que as pessoas migrantes têm acesso ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio de serviços como o CRAS e o CREAS, que permitem, dentre outras ações, a realização de cadastro para benefícios sociais como o Bolsa Família. Segundo a gestão local, esse acesso é feito de forma desburocratizada. No contexto da pandemia de COVID-19, o governo relatou ter facilitado o acesso às medidas de auxílio emergencial, por meio da criação de uma Central de Orientações para atendimento via telefone, da disponibilização de atendimento remoto no site da Prefeitura Municipal e da oferta de atendimento presencial e remoto para inclusão e atualização do Cadastro Único e demais ações da Política de Assistência Social.

Além disso, segundo o governo, as demandas de atendimento especializado apresentadas por migrantes são acompa-

nhadas e assessoradas pela Secretaria de Assistência Social. Existem também medidas específicas para a proteção social e garantia dos direitos de crianças migrantes, uma vez que a Assistência Social realiza diariamente a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social que faz a busca ativa nos territórios para viabilizar o encaminhamento e acesso aos demais serviços da Assistência Social e demais políticas públicas. Além disso, o governo indicou que o Conselho Tutelar também é acionado para garantir a proteção social de crianças e adolescentes migrantes. O governo local indicou que existem orientações, fluxos ou protocolos na rede de assistência social para facilitar e qualificar o acesso e acolhimento a migrantes nos serviços, especialmente nos serviços executados nos CRAS, CREAS e Centro POP, visando o atendimento de proteção social aos migrantes em situação de vulnerabilidade e risco social, dentro do escopo da Política de Assistência Social. O município destacou, ainda, que há políticas para garantir a segurança alimentar e nutricional da população migrante, por meio da oferta de cestas básicas, conforme avaliação da equipe técnica dos CRAS.

Em relação à capacitação, o governo local indicou que os profissionais que atuam na assistência e proteção social estão capacitados para: compreender diferenças culturais que podem estar relacionadas a questões de gênero e raça/etnia; e identificar casos



ACESSO À ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL



suspeitos de tráfico de pessoas e casos de violência doméstica, de gênero ou racial/étnica. Recomenda-se que os profissionais dos serviços de assistência e proteção social sejam capacitados também para acolher migrantes considerando a dimensão da diversidade cultural e para se comunicar com migrantes em diferentes idiomas.

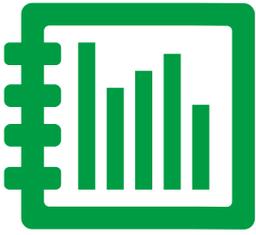
No âmbito das campanhas e ações informativas voltadas à população, o governo local informou ter realizado, no último ano, ações sobre benefícios e serviços ofertados no âmbito local e funcionamento do SUAS, por meio de matérias divulgadas no site da Prefeitura Municipal e da distribuição de panfletos e cartazes. No entanto, essas ações não foram disponibilizadas nos idiomas falados pelas pessoas migrantes residentes no município, sendo esse um aprimoramento possível. Recomenda-se também que essas campanhas busquem celebrar a diversidade, fortalecer a sensibilidade cultural e coibir qualquer forma de discriminação.

No âmbito da produção de informação, o município indicou que coleta dados sobre o perfil de acesso à assistência e proteção

social de migrantes, passíveis de desagregação por país de origem da pessoa migrante, gênero, idade e raça/etnia. De acordo com o governo local, há 453 migrantes, de 29 nacionalidades, inscritos no Cadastro Único do município. Ações com potencial de desenvolvimento são a utilização desses dados para propor mudanças nos fluxos, programas e políticas locais de acesso à assistência e à proteção social de migrantes.

O município de São José do Rio Preto informou que a Divisão de Gestão do SUAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, é o setor na gestão dedicado ao acesso à assistência e à proteção social por migrantes, que trabalha em conjunto com outros setores e coordena demandas e ações com outras secretarias. Recomenda-se que esse setor seja capacitado também para acolher as demandas de pessoas migrantes e registrar práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de assistência e proteção social.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.



ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso de migrantes ao mercado de trabalho (setor público, setor privado ou empreendedorismo).

O governo local indicou que as pessoas migrantes têm acesso a uma central de vagas de emprego ou serviço semelhante e a vagas de emprego no setor privado. Informou também, que o acesso a serviços de facilitação de ingresso ao mercado de trabalho é feito de forma desburocratizada e que existem orientações, fluxos ou protocolos estabelecidos para apoio à integração de migrantes ao mercado de trabalho.

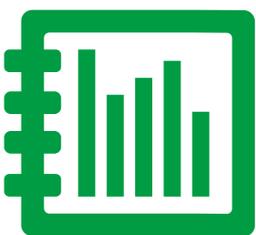
De acordo com o governo local, a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (SMTE) orienta as pessoas migrantes, através do atendimento presencial, para que possam realizar o correto preenchimento do currículo na plataforma digital. Por meio do cadastro de currículo são identificados os perfis das pessoas migrantes e os currículos são encaminhados para as empresas que disponibilizam vagas específicas para cada perfil. O governo indicou, ainda, que o acesso a esse serviço é gratuito e que busca realizar a recolocação profissional dos candidatos de forma igualitária.

Para aprimorar essa dimensão, o gover-

no local pode ofertar capacitações para que os profissionais da área estejam aptos para compreender diferenças culturais que podem estar relacionadas ao acesso ao mercado de trabalho por migrantes; identificar casos de discriminação por diferenças de gênero ou raça/etnia no acesso ao mercado de trabalho; se comunicar com migrantes em diferentes idiomas; e para identificar casos suspeitos de trabalho em condições degradantes ou análogas à escravidão e de tráfico de pessoas e exploração laboral.

O governo indicou ter realizado campanhas e ações informativas virtuais para abordar e estimular o acesso de migrantes ao mercado de trabalho, incluindo o setor privado; para capacitar migrantes para o mercado de trabalho; e para informar sobre legislação trabalhista. De acordo com o governo, essas campanhas e ações informativas buscaram celebrar a diversidade, fortalecer a sensibilização cultural e coibir qualquer forma de discriminação. No entanto, essas ações não foram disponibilizadas nos idiomas falados pelas pessoas migrantes, sendo esse um aprimoramento possível.

Em relação à produção de dados, o governo indicou que são coletados dados sobre o perfil de acesso ao mercado de trabalho por migrantes e que esses dados permitem enxergar se há demanda reprimida no acesso ao mercado de trabalho por migrantes, bem como para propor mudanças nos flu-



ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

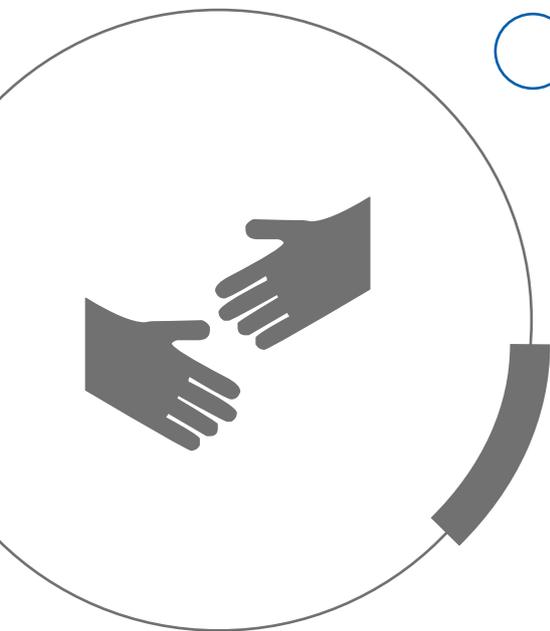
— xos, programas e políticas locais de acesso ao mercado de trabalho. Além disso, o governo destacou que esses dados são publicados, sempre respeitando o sigilo e anonimato da pessoa migrante, e que são passíveis de desagregação por país de origem, gênero e idade. O município indicou que o banco de dados conta com 114 currículos de migrantes cadastrados, das seguintes nacionalidades: Venezuela, Haiti, Japão, Portugal, Bolívia, Afeganistão, entre outros.

O governo local indicou que a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (SMTE)

é o setor na gestão dedicado para acolher demandas de pessoas migrantes, bem como registrar práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de trabalho e emprego e também nas empresas locais. Recomenda-se que esse setor trabalhe em conjunto com outros setores e com associações ou grupos de migrantes e coordene demandas e ações com outras secretarias.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO, ACOLHIMENTO E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO: GÊNERO, LGBTIQ+ E IGUALDADE RACIAL



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso e acolhimento de migrantes mulheres e LGBTIQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais, queer) a serviços de proteção, tais como casas de acolhimento, canais telefônicos de apoio e delegacias especializadas, assim como se existem medidas para prevenir e combater a discriminação racial contra migrantes.

Nesta dimensão, o governo de São José do Rio Preto indicou que mulheres e LGBTIQ+ migrantes têm acesso a delegacias especializadas, a casas de acolhimento e a outros canais de proteção, como números telefônicos de apoio ou iniciativas locais que realizam essa acolhida. De acordo com o governo, esse acesso é feito de forma desburocratizada e de modo a garantir o sigilo da pessoa, sempre que possível. Indicou também que existem orientações, fluxos ou protocolos estabelecidos nos serviços de proteção para o acolhimento a mulheres e LGBTIQ+ migrantes que sofrem violências.

O governo indicou que os profissionais da área são capacitados para acolher mulheres e LGBTIQ+ migrantes nos serviços de proteção, considerando a dimensão da diversidade cultural. Recomenda-se que sejam

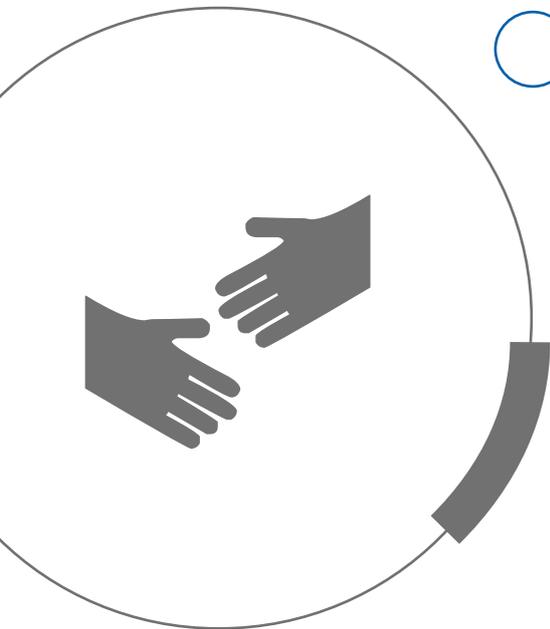
também capacitados para se comunicar com migrantes mulheres e LGBTIQ+ em diferentes idiomas e para identificar casos suspeitos de tráfico de pessoas.

De acordo com o governo, foram realizadas, no último ano, campanhas e ações informativas voltadas: à população, que abordaram o tema da não-violência, não-discriminação e proteção de mulheres e LGBTIQ+ migrantes; e a mulheres e LGBTIQ+ migrantes, acerca de temas como mecanismos de denúncia de situações de violência, direitos das pessoas migrantes nesse âmbito e serviços de proteção disponíveis. Também foram realizadas campanhas e ações voltadas ao combate ao racismo.

No âmbito da produção de dados, o governo indicou que são coletados, com regularidade, dados sobre acesso a serviços e demandas de proteção de mulheres e LGBTIQ+ migrantes. Esses dados são publicados, sempre respeitando o sigilo e anonimato da pessoa migrante, e são utilizados para propor mudanças nos fluxos, programas e políticas do governo local de proteção de mulheres e LGBTIQ+ migrantes. De acordo com o governo, esses dados podem ser desagregados por país de origem da pessoa migrante, idade e raça/etnia.

O governo indicou que o Departamento de Igualdade Racial é o setor na gestão dedicado à proteção contra violência contra migrantes mulheres e LGBTIQ+ e





ACESSO, ACOLHIMENTO E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO: GÊNERO, LGBTIQ+ E IGUALDADE RACIAL

— ao combate ao racismo, à xenofobia e à promoção da igualdade racial. De acordo com o governo, esse departamento trabalha em conjunto com associações de migrantes e com outros setores e coordena demandas e ações com outras secretarias.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL



A partir dos resultados identificados através do Formulário de Diagnóstico, os governos locais foram convidados a indicar as prioridades para elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas relacionadas à migração durante 2022.

Esse exercício foi feito através do preenchimento de uma Matriz de Priorização, que solicitava as seguintes informações para cada proposta prioritária: 1) Dimensão do MigraCidades priorizada; 2) Detalhamento das ações planejadas; 3) Tipo de beneficiários diretos; 4) Objetivo; 5) Justificativa; 6) Efeitos esperados a partir da ação; 7) Meta que se busca alcançar com a ação; 8) Indicadores que serão utilizados para verificar os resultados alcançados; 9) Atores locais envolvidos; 10) Tipo de recursos necessários para implementação.

Como requisito, o governo local deveria incluir no mínimo três e no máximo 5 dimensões priorizadas, sendo necessariamente ao menos uma dimensão de governança institucional e uma de acesso a direitos.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Capacitação de servidores públicos e sensibilização sobre direitos dos migrantes



Detalhamento das Ações

Realização de capacitação online para os servidores municipais que atuam diretamente no atendimento às pessoas migrantes e refugiadas.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

(x) servidores públicos () migrantes () outro

Objetivo da ação

Qualificar o atendimento ofertado para migrantes nos serviços públicos do município.

Justificativa

Após reuniões com os membros do Grupo de Apoio Local identificou-se a necessidade de oferta de capacitação com temática voltada ao atendimento e acolhimento das pessoas migrantes e refugiadas, diante do aumento do fluxo migratório para o município de São José do Rio Preto/SP.

Efeitos esperados a partir da ação

Qualificar o atendimento da população migrante e refugiada através da ampliação do conhecimento dos servidores que trabalham no atendimento direto desse público-alvo.

Meta que se busca alcançar com a ação

Participação de 30% dos servidores que trabalham no atendimento direto à população migrante e refugiada na capacitação.



PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Capacitação de servidores públicos e sensibilização sobre direitos dos migrantes



(cont.)

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados?

Número de servidores participantes em cada capacitação; % de servidores capacitados em relação ao total de servidores que atuam diretamente no atendimento da população migrante e refugiada.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Secretarias municipais e Escola de governo.

Tipo de recursos necessário:

() Financeiros (x) Humanos () Estruturais () Outro(s). Qual(is)?

Comentários adicionais

As atividades serão realizadas remotamente e serão gravadas para que sejam disponibilizadas em plataforma moodle para acesso EAD.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Transparência e
Acesso à Informação
para Migrantes



Detalhamento das Ações

Adaptação do site da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, onde as informações para a população migrante sejam de fácil acesso, sendo traduzidas para diferentes idiomas de forma automática, a partir da opção da língua escolhida pelo migrante para a leitura dos conteúdos.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

() servidores públicos (x) migrantes () outro

Objetivo da ação

Facilitar o acesso à informação acerca dos serviços ofertados para migrantes nos serviços públicos.

Justificativa

O idioma é uma das principais barreiras na comunicação para a população migrante, a ação busca promover o acesso direto, sem a necessidade de terceiros, para o entendimento dos serviços que são oferecidos para a população.

Efeitos esperados a partir da ação

Ampliar as informações dos serviços oferecidos pelas diversas Secretarias Municipais para inclusão da população migrante.

Meta que se busca alcançar com a ação

Através da tradução dos textos para diversos idiomas, facilitar à população migrante o livre acesso aos serviços oferecidos.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Transparência e
Acesso à Informação
para Migrantes



(cont.)

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados?

Número de acessos por idioma, dando a possibilidade, ao ente municipal, de desenvolver ações específicas, a partir da população migrante identificada.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Secretarias Municipais.

Tipo de recursos necessário:

() Financeiros (x) Humanos () Estruturais () Outro(s). Qual(is)?





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Acesso e
Integração
à Educação



Detalhamento das Ações

Projeto piloto de acolhimento aos alunos migrantes matriculados na rede municipal de ensino “Aprender o novo e preservar a origem: realidades possíveis”.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

() servidores públicos (x) migrantes () outro

Objetivo da ação

Compreender a diversidade da cultura brasileira e local; vivenciar a cultura brasileira; otimizar seu processo de aprendizagem formal; desenvolver habilidades linguísticas do Português enquanto língua estrangeira.

Justificativa

A rede municipal de ensino recebe a cada ano um número maior de alunos migrantes, alunos esses provenientes de diferentes realidades que, muitas vezes, além de lidar com dificuldades financeiras e pertencerem à margem da sociedade, deparam-se com outros obstáculos ao serem inseridos no território escolar.

Efeitos esperados a partir da ação

Apoiar o desenvolvimento integral dos alunos migrantes possibilitando vivências e experiências linguísticas e da cultura brasileira e local.

Meta que se busca alcançar com a ação

Aquisição das habilidades linguísticas propostas ao longo do projeto e a inserção dos alunos migrantes na cultura brasileira e local.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Acesso e
Integração
à Educação



(cont.)

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados?

Em virtude do caráter pioneiro deste projeto a práxis deve ser analisada e repensada sempre que for necessário para alcançar os objetivos elencados. Os indicadores serão contemplados a partir do interesse dos alunos, o desabrochar linguístico/cultural que se almeja.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Secretaria Municipal de Educação, Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino com alunos migrantes (gestores, professores, funcionários).

Tipo de recursos necessário:

(x) Financeiros (x) Humanos (x) Estruturais () Outro(s). Qual(is)?





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Transparência e
Acesso à Informação
para Migrantes



Detalhamento das Ações

Elaborar artes digitais com os serviços ofertados pelo poder público local em idioma inglês e espanhol, além do português, para fins de transmissão e acesso da informação aos migrantes quando estes estiverem em órgãos públicos, incluindo-os em âmbito social para que seja viabilizado o acesso às políticas públicas municipais, como o acesso a seus direitos, acesso a benefícios socioassistenciais, acesso a trabalho e emprego, acesso à educação, à saúde, garantindo assim o cumprimento dos direitos da população migrante.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

() servidores públicos (x) migrantes () outro

Objetivo da ação

Cumprir a garantia de direitos humanos das pessoas migrantes,, a inclusão e acesso aos serviços e às informações da rede pública do município.

Justificativa

A chegada de migrantes no município traz a necessidade de implementação de uma política intersetorial, de acolhimento e de inserção de um novo olhar devido à imprevisibilidade de migrações. Quando estamos tratando de migrações elas podem decorrer de crises em outros territórios, com fluxo desordenado, podem ser provocadas por emergências humanitárias e esses episódios exigem dos governos ações e medidas urgentes. Possuir uma estratégia local de acolhimento, com documentos formais, caminhos a tomar indicados, ações previstas que podem ser implementadas com brevidade, facilita o trabalho da rede pública.

Efeitos esperados a partir da ação

Possuir estratégias locais, como as documentações formais traduzidas





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



**Transparência e
Acesso à Informação
para Migrantes**



(cont.)

para que as pessoas que estão migrando para a cidade possam garantir e ter acesso aos seus direitos.

Meta que se busca alcançar com a ação

Garantia de direitos básicos, como saúde, educação e assistência social.

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados?

Os resultados alcançados com esta ação poderão ser indicados com o levantamento da naturalidade dos usuários que acessaram os cadastros nos serviços públicos.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Secretarias Municipais.

Tipo de recursos necessário:

() Financeiros (x) Humanos () Estruturais () Outro(s). Qual(is)?





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Acesso à
assistência e
proteção social



Detalhamento das Ações

Incluir nos relatórios mensais de atendimento dos CRAS, Centros de Convivência, CREAS e Centro POP o número de migrantes e refugiados atendidos mensalmente.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

() servidores públicos (x) migrantes () outro

Objetivo da ação

Aprimorar a coleta de dados dos atendimentos mensais aos migrantes e refugiados que são atendidos pelos equipamentos da Política de Assistência, visando o planejamento de realização de um estudo acerca desses atendimentos para planejamento de ações.

Justificativa

O desenvolvimento da produção de informação por meio da coleta de dados dos atendimentos é essencial para o planejamento de ações específicas de acesso à Política de Assistência Social para a população migrante e refugiada.

Efeitos esperados a partir da ação

Conhecer a quantidade de atendimentos ofertados aos migrantes e refugiados para planejamento de ações específicas.

Meta que se busca alcançar com a ação

Produção de um estudo dos atendimentos prestados pelos equipamentos de Assistência Social com o objetivo de subsidiar o planejamento de ações específicas.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Acesso à
assistência e
proteção social



(cont.)

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados?

Número total de migrantes e refugiados atendidos mensalmente pelos equipamentos da Assistência Social; Número de migrantes e refugiados atendidos mensalmente separados por região administrativa; Número de estudo produzido acerca dos atendimentos prestados pelos equipamentos de Assistência Social.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Secretaria Municipal de Assistência Social: Equipes da Proteção Social Básica e Especial, Vigilância Socioassistencial e Cadastro Único.

Tipo de recursos necessário:

() Financeiros (x) Humanos () Estruturais () Outro(s). Qual(is)?

Como citar esse documento:

MIGRACIDADES. Perfil de Governança Migratória Local do Município de São José do Rio Preto. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021.

As opiniões expressas nas publicações da Organização Internacional para as Migrações (OIM) são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da OIM ou de qualquer outra organização à qual os participantes possam estar profissionalmente vinculados. As denominações utilizadas no presente relatório e a maneira como são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, nem tampouco a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites.

A OIM está comprometida com o princípio de que a migração segura, ordenada e digna beneficia os migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; alentar o desenvolvimento social e econômico através da migração; e garantir o respeito à dignidade humana e ao bem-estar dos migrantes.

Editorial

Organização Internacional
para as Migrações (OIM) – Brasil

iombrazil@iom.int

SAS Quadra 05, Bloco N, Ed. OAB, 3º Andar
Brasília-DF - 70070-913

CHEFE DE MISSÃO DA OIM NO BRASIL
Stéphane Rostiaux

Expediente técnico

COORDENAÇÃO
Isadora Steffens
Marcelo Torelly
Roberta Baggio
Verônica Gonçalves

ANÁLISE
Ana Laura Anschau
Anelise Dias
Bárbara Simões
Isabella Dourado

© Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Esta publicação não foi editada oficialmente pela OIM.

Essa publicação foi emitida sem endosso da Unidade de Publicações da OIM (PUB).

